**EXMO. SR. DR. JUIZ DA 11ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS**

**Processo: #numProcesso**

**Reclamante: #nomeReclamante**

**Reclamada: #nomeReclamada**

Antônio Carlos Gomes de Borba, Perito nomeado nos autos do processo em epígrafe, tendo efetuado a vistoria, o levantamento das condições ambientais e realizado estudos que se fizeram necessários para o cumprimento da honrosa tarefa que lhe foi confiada por Vossa Excelência, vem mui respeitosamente apresentar, por intermédio do Laudo Pericial, as conclusões a que chegou e, também, sugerir o arbitramento de seus honorários em R$ 6.164,00, tendo em vista o tempo gasto em diligências a este MM. Juízo e ao local de trabalho do Reclamante, em análise dos autos, redação, digitação e revisão, transporte.

Nestes termos, pede deferimento.

Campinas, 24 de agosto de 2021.

**Perito Antônio Carlos Gomes de Borba**

Engenheiro de Segurança do Trabalho

Engenheiro Mecânico

CREA/SC Nº 26.643-0

**ÍNDICE**

[1. PRELIMINARES 3](#_Toc30753932)

[2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA RECLAMADA 4](#_Toc30753933)

[3. SETORES DE TRABALHO UTILIZADOS PELO RECLAMANTE EM SUAS ATIVIDADES 5](#_Toc30753934)

[4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO RECLAMANTE 5](#_Toc30753935)

[5. DESCRIÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO DA RECLAMANTE 5](#_Toc30753936)

[6. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL 5](#_Toc30753937)

[7. ANÁLISE DE INSALUBRIDADE – RISCOS FÍSICOS 6](#_Toc30753938)

[8. ANÁLISE DE INSALUBRIDADE – RISCOS QUÍMICOS 7](#_Toc30753939)

[9. ANÁLISE DE INSALUBRIDADE – RISCOS BIOLÓGICOS 8](#_Toc30753940)

[10. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS – PORTARIA Nº 3.214/78 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. 8](#_Toc30753941)

[11. QUESITOS 14](#_Toc30753942)

**LAUDO PERICIAL**

# 1. PRELIMINARES

## 1.1. Objetivo

Avaliação de *Condições de Insalubridade* nas atividades desenvolvidas pelo Reclamante durante o período em que laborou para a Reclamada.

## 1.2. Introdução

A Reclamante, #nomeReclamante, move a presente reclamação trabalhista contra a Reclamada, #nomeReclamada, alegando ter laborado em Condições de Insalubridade além de outras avenças.

Conforme Ata de Audiência do processo em epígrafe, foi determinada a pericia técnica do local de trabalho do Reclamante, conforme dispõe a Lei 6.514 de 22/12/1977, em suas Normas Regulamentadoras – NR´s, da Portaria 3.214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego.

## ***1.3. Período Reclamado***

De 02/05/2017 a 07/07/2019

## ***1.4. Funções exercidas pela Reclamante***

Durante o período reclamado, o Reclamante teve anotado em sua CTPS a função de AJUDANTE DE COZINHA.

## ***1.5. Prestaram informações e/ou acompanharam as diligências***

**Pelo Reclamante:**

**Pela Reclamada:**

## 1.6. Diligências

Conforme determinado pelo M.M. Juízo em audiência foi realizada a vistoria informada a seguir:

**Data da vistoria:**  #dataVistoria com início às #horaVistoriah.

**Local vistoriado:** #localVistoriado

**Endereço:** #enderecoVistoriado

A diligência pericial foi realizada nas dependências da Reclamada.

Todos os presentes forneceram informações e responderam questionamentos a este Perito, em igualdade de condições, para a elaboração deste Laudo Pericial.

# 2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA RECLAMADA

Reclamada: #nomeReclamada

CNAE:

**Atividade fim:**

Grau de Risco:

# 3. SETORES DE TRABALHO UTILIZADOS PELO RECLAMANTE EM SUAS ATIVIDADES

# 4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO RECLAMANTE

## 4.1. Atividades Descritas pelo Reclamante

## 4.2. Versão da Reclamada Para as Atividades Descritas

# 5. DESCRIÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO DA RECLAMANTE

# 

# 6. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

## 6.1. Versão do Reclamante em relação aos EPI´s

A Reclamante declarou os E PI’s para sua função sendo eles:

- Luvas de PVC

- Óculos

- Sapato de segurança

- Capacete

## 6.2. Versão da Reclamada em relação aos EPI´s

## 6.3. Documentos Disponibilizados

# 7. ANÁLISE DE INSALUBRIDADE – RISCOS FÍSICOS

## 7.1. NR-15 – ANEXO Nº 1 – Limites de Tolerância para Ruído Contínuo ou Intermitente.

Com fundamento no art. 429 do CPC, este Perito tomou como base de avaliação o LTCAT fornecido pela Reclamada, onde o valor apresentado para a função do Reclamante, obtido através de **dosimetria foi entre 75,0 e 81,0 dB(A).** Sendo o **Limite de Tolerância estabelecido em 85,0 dB(A) para o caso em tela**, temos que o ruído presente nas atividades do Reclamante foi inferior ao Limite de Tolerância.

## 7.2. NR-15 – ANEXO Nº 2 – Limites de Tolerância para Ruídos de Impacto.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 7.3. NR-15 – ANEXO Nº 3 – Limites de Tolerância para Exposição ao Calor.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 7.4. NR-15 – ANEXO Nº 4 – Iluminamento.

Revogado pela Portaria nº 3.751, de 23/11/1990.

## 7.5. NR-15 – ANEXO Nº 5 – Limites de Tolerância para Radiações Ionizantes.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 7.6. NR-15 – ANEXO Nº 6 – Trabalho sob Condições Hiperbáricas.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 7.7. NR-15 – ANEXO Nº 7 – Radiações não Ionizantes.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 7.8. NR-15 – ANEXO Nº 8 – Vibrações.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 7.9. NR-15 – ANEXO Nº 9 – Frio.

Inexistente nas atividades avaliadas.

## 7.10. NR-15 – ANEXO Nº 10 – Umidade.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

# 8. ANÁLISE DE INSALUBRIDADE – RISCOS QUÍMICOS

## 8.1. NR-15 – ANEXO Nº 11 – Agentes Químicos cuja Insalubridade é caracterizada por Limites de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 8.2. NR-15 – ANEXO Nº 12 – Limites de Tolerância para Poeiras Minerais.

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

## 8.3. NR-15 - ANEXO Nº 13 – Agentes Químicos

**“Relação das atividades e operações envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho. Exclua-se desta relação às atividades ou operações com os agentes químicos dos anexos 11 e 12.”**

Inexistente nos locais vistoriados e nas atividades avaliadas.

# 9. ANÁLISE DE IxNSALUBRIDADE – RISCOS BIOLÓGICOS

## 9.1. NR-15 – ANEXO Nº 14 – Agentes Biológicos

Reconhecido no PPRA a existência de atividades que mantem o reclamante em contato com agentes biológicos como Lixo Urbano e Coleta de Resíduos Orgânicos.

Caracterizada atividade constante do anexo nº 14 no grau máximo de insalubridade.

# 10. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS – PORTARIA Nº 3.214/78 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

## 10.1. NR-16 - ANEXO Nº 1 - Atividades e Operações Perigosas com explosivos.

Não identificado nas atividades desenvolvidas pelo Reclamante.

## 10.2. NR-16 - ANEXO Nº 2 - Atividades e Operações Perigosas com inflamáveis.

Não identificado nas atividades desenvolvidas pelo Reclamante.

## 10.3. NR-16 - ANEXO Nº 3 - Atividades e Operações Perigosas com Exposição a Roubos ou Outras Espécies de Violência Física nas Atividades Profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial (aprovado pela Portaria MTE nº 1.885, de 02 de dezembro de 2013).

Não identificado nas atividades desenvolvidas pelo Reclamante.

## 10.4. NR-16 - ANEXO Nº 4 - Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica (Aprovado pela Portaria MTE n.º 1.078, de 16 de julho de 2014)

## Base Legal Anterior: Lei nº 7.369 (20/09/85) e Decreto nº 93.412 (14/10/86)

## Aspecto técnico complementar - Relativo aos serviços realizados em Baixa Tensão energizados

Para o caso em tela, temos que a NR-10, Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, diz que (grifos deste Perito para destaque):

“**10.1.1.** Esta Norma Regulamentadora – NR, estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, **direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.**

“10.1.2. Esta NR se aplica às fases de geração, transmissão, distribuição **e consumo**, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas **e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades**, observando-se as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis.

“10.2.9 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

**“10.2.9.1.** Nos trabalhos em instalações elétricas, quando as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou insuficientes para controlar os riscos, **devem ser adotados equipamentos de proteção individual específicos e adequados** às atividades desenvolvidas, em atendimento ao disposto na NR 6. “

**“10.6.2.** Os trabalhos que exigem o ingresso na zona controlada devem ser realizados mediante procedimentos específicos respeitando as distâncias previstas no Anexo I.”

**“...5. Baixa Tensão (BT):** tensão superior a 50 volts em corrente alternada ou 120 volts em corrente contínua e igual ou inferior a 1000 volts em corrente alternada ou 1500 volts em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.”

**“...30. Zona de Risco:** entorno de parte condutora energizada, não segregada, acessível inclusive acidentalmente, de dimensões estabelecidas de acordo com o nível de tensão, cuja aproximação só é permitida a profissionais autorizados e com a adoção de técnicas e instrumentos apropriados de trabalho.

**“...31. Zona Controlada:** entorno de parte condutora energizada, não segregada, acessível, de dimensões estabelecidas de acordo com o nível de tensão, **cuja aproximação só é permitida a profissionais autorizados.**”

## ANEXO II - ZONA DE RISCO E ZONA CONTROLADA

Tabela de raios de delimitação de zonas de risco, controlada e livre.

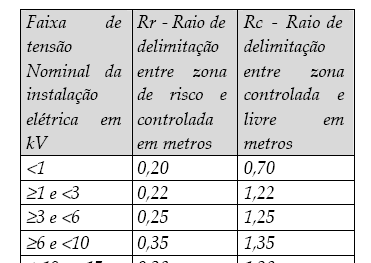
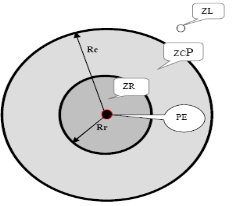


Figura 1 - Distâncias no ar que delimitam radialmente as zonas de risco, controlada e livre.



*ZL = Zona livre*

*ZC = Zona controlada, restrita a trabalhadores autorizados.*

*ZR = Zona de risco, restrita a trabalhadores autorizados e com a adoção de técnicas, instrumentos e equipamentos apropriados ao trabalho.*

*PE = Ponto da instalação energizado.*

*SI = Superfície isolante construída com material resistente e dotada de todos os dispositivos de segurança.”*

O Reclamante realizava atividades com acesso à área energizada de circuitos e painéis elétricos de distribuição e de alimentação da Reclamada. Apesar de existir dispositivos de bloqueio, não eram utilizados em quadros de baixa tensão.

Na realização de suas atividades, o Reclamante permanecia a uma distância de no máximo 0,2 metros (20 centímetros) do ponto de instalação energizado, visto que os componentes são pequenos, deixando as mãos e o corpo próximos do ponto de ação.

Temos então que, conforme disposto na NR-10, o Reclamante trabalhava na área compreendida pela Zona de Risco, que é definida por um círculo com raio de 0,2 metros (20 centímetros) ao redor do ponto de instalação energizado de baixa tensão e pela Zona controlada, definida por círculo com raio de 0,7 metros (70 centímetros) ao redor do ponto de instalação energizado, enquadrando, portanto, suas atividades na NR-10.

Desta forma, as atividades realizadas pelo Reclamante junto aos circuitos e painéis elétricos de baixa tensão são periculosas.

*Observação ao M.M. Juízo*: A nova redação da NR-16 contempla a NR-10 no embasamento da periculosidade por exposição à energia elétrica, chancelando a avaliação realizada por este Perito no caso em tela.

## 10.5. NR-16 - ANEXO Nº 5 - ATIVIDADES PERIGOSAS EM MOTOCICLETA

Não identificado nas atividades desenvolvidas pelo Reclamante.

## 10.6. NR-16 – Anexo acrescentado pela Portaria n.º 3.393, de 17-12-1987 (Adotado pela Portaria GM n.º 518, de 04 de abril de 2003) - Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou Substâncias Radioativas (anexo acrescentado pela portaria nº 3.393, de 17/12/87).

Não identificado nas atividades desenvolvidas pelo Reclamante.

# 

# 11. QUESITOS

Os quesitos que representarem redundância exarada nos itens deste Laudo Pericial serão reportados aos itens específicos.

## 11.1. Quesitos do Reclamante

***11.2. Quesitos da Reclamada***

**12. CONCLUSÃO**

Pelo resultado das avaliações dos documentos disponibilizados, onde foram analisados os riscos potenciais à saúde, fixados todos os fatores correlacionados e ainda, acima de tudo, que o Laudo Pericial tem fundamentação legal nos anexos da NR-15 e NR-16 Portaria nº 3.214/78, na lei nº 7.369, de 20/09/85 e no Decreto nº 93.412, de 14/10/86, concluímos, sob o ponto de vista de Segurança do Trabalho que:

AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO RECLAMANTE **SE ENQUADRAM** CONFORME INFORMADO A SEGUIR:

***1) Avaliação de Condições de Insalubridade:***

***2) Avaliação de Condições de Periculosidade:***

**13. ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a esclarecer, encerramos aqui o presente trabalho técnico, com a apresentação do Laudo Pericial, composto de dezoito folhas (incluindo esta).

#localDataEmissao

**Perito Antônio Carlos Gomes de Borba**

Engenheiro de Segurança e Medicina do Trabalho

Engenheiro Mecânico

CREA/SC Nº 26.643-0